



PROJETO DE LEI Nº 160 DE 21 DE Março

DE 2019.

APROVADO PRELIMINARMENTE
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE,
À COMISSÃO DE CONSTIT. E JUSTIÇA
E REDAÇÃO
Em 26 / 03 / 2019
Secretário

Revoga a Lei nº 20.051, de 24 de abril de 2018, que dispõe sobre a dispensa de créditos tributários relacionados com o ICMS na situação que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 20.051, de 24 de abril de 2018, que dispõe sobre a dispensa de créditos tributários relacionados com o ICMS na situação que especifica.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2019.


PAULO CÉZAR MARTINS
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei objetiva revogar a Lei nº 20.051, de 24 de abril de 2018, que dispõe sobre a dispensa de créditos tributários relacionados com o ICMS na situação que especifica.

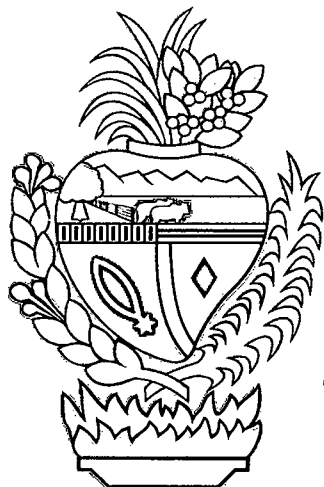
Esta lei garante à Celg Distribuição S.A. (Celg D) a anistia e remissão dos créditos tributários constituídos ou não do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, referentes a fatos geradores ocorridos até 27 de janeiro de 2015.

Depreende-se que a malfadada lei concedeu perdão fiscal a Celg Distribuição S.A. (Celg D) numa situação em que o Estado se encontrava em grave crise financeira, inclusive logo após a adoção de Novo Regime Fiscal que exigiu de todos os Poderes e Órgãos do Estado a redução de despesas, inclusive com a proibição de contratação, concessão de vantagem e/ou reajuste de remuneração de servidor.

Tanto é verdade que o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, por meio do Acórdão 299/2019, determinou à Secretária de Estado da Economia que se abstenha de praticar qualquer ato administrativo com fundamento na Lei n. 20.051/2018. Assim, os efeitos da Lei nº 20.051/2018 estão suspensos, em função de representação do Ministério Público de Contas, até que se julgue o mérito no âmbito daquele Tribunal.

Assim, não há dúvidas dos prejuízos financeiros advindos da citada lei que ao perdoar a dívida da Celg Distribuição S.A. (Celg D), na forma como está prevista, efetivou verdadeira renúncia de receita sem que fossem observados os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, trata-se de matéria oportuna e que merece o apoio dos ilustres Pares.



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO

PROCESSO LEGISLATIVO

2019001415

Autuação: 26/03/2019

Projeto : 160 - AL

Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO

Autor: DEP. PAULO CÉZAR MARTINS

Tipo: PROJETO

Subtipo: LEI ORDINÁRIA

Assunto: REVOGA A LEI Nº 20.051, DE 24 DE ABRIL DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A DISPENSA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS RELACIONADOS COM ICMS NA SITUAÇÃO QUE ESPECIFICA.





PROJETO DE LEI Nº 160 DE 23 DE Março

DE 2019.

APROVADO PRELIMINARMENTE
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE,
À COMISSÃO DE CONST. JUNTAS
E REDAÇÃO
Em 26/03/2019

Revoga a Lei nº 20.051, de 24 de abril de 2018, que dispõe sobre a dispensa de créditos tributários relacionados com o ICMS na situação que especifica.

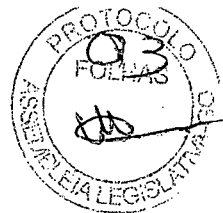
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 20.051, de 24 de abril de 2018, que dispõe sobre a dispensa de créditos tributários relacionados com o ICMS na situação que especifica.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2019.


PAULO CÉZAR MARTINS
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei objetiva revogar a Lei nº 20.051, de 24 de abril de 2018, que dispõe sobre a dispensa de créditos tributários relacionados com o ICMS na situação que especifica.

Esta lei garante à Celg Distribuição S.A. (Celg D) a anistia e remissão dos créditos tributários constituídos ou não do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, referentes a fatos geradores ocorridos até 27 de janeiro de 2015.

Depreende-se que a malfadada lei concedeu perdão fiscal a Celg Distribuição S.A. (Celg D) numa situação em que o Estado se encontrava em grave crise financeira, inclusive logo após a adoção de Novo Regime Fiscal que exigiu de todos os Poderes e Órgãos do Estado a redução de despesas, inclusive com a proibição de contratação, concessão de vantagem e/ou reajuste de remuneração de servidor.

Tanto é verdade que o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, por meio do Acórdão 299/2019, determinou à Secretária de Estado da Economia que se abstenha de praticar qualquer ato administrativo com fundamento na Lei n. 20.051/2018. Assim, os efeitos da Lei nº 20.051/2018 estão suspensos, em função de representação do Ministério Público de Contas, até que se julgue o mérito no âmbito daquele Tribunal.

Assim, não há dúvidas dos prejuízos financeiros advindos da citada lei que ao perdoar a dívida da Celg Distribuição S.A. (Celg D), na forma como está prevista, efetivou verdadeira renúncia de receita sem que fossem observados os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, trata-se de matéria oportuna e que merece o apoio dos ilustres Pares.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Sr. Dep.(s) Antonio Camide

PARA RELATAR

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 28/03 /2019.

Presidente: [Signature]



PROCESSO N.º : 2019001415
INTERESSADO : DEPUTADO PAULO CÉZAR MARTINS
ASSUNTO : Revoga a Lei nº 20.051, de 24 de abril de 2019

RELATÓRIO

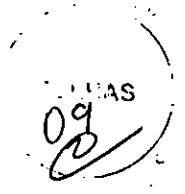
Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Paulo Cezar Martins, tendo por finalidade revogar a Lei nº 20.051, de 24 de abril de 2019, que dispõe sobre a dispensa de créditos tributários relacionados com ICMS na situação que especifica.

Segundo a justificativa a lei acima citada garantiu à Celg Distribuição S.A. (Celg D) a anistia e remissão dos créditos tributários constituídos ou não do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, referentes a fatos geradores ocorridos até 27 de janeiro de 2015.

Que por meio da Lei nº 20.051/2019 foi concedido perdão fiscal a Celg Distribuição S.A. (Celg D) numa situação em que o Estado se encontrava em grave crise financeira, inclusive logo após a adoção de Novo Regime Fiscal que exigiu de todos os Poderes e Órgãos do Estado a redução de despesas, inclusive com a proibição de contratação, concessão de vantagem e/ou reajuste de remuneração de servidor.

Assim, segundo dispõe o autor da matéria, faz-se indispensável a revogação da lei visando reverter os prejuízos financeiros em face da renúncia de receita efetivada com a norma, sem que fossem observados os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essa é a síntese da proposição em análise.



Sobre o tema tratado na proposição em pauta, constata-se que o mesmo se insere no âmbito da competência legislativa do Estado, e cuja iniciativa também pertence a este Parlamento, não havendo óbices legais ou constitucionais para a regular tramitação nesta Casa Legislativa.

Inclusive, conforme bem asseverou o ilustre Deputado Paulo Cezar Martins, autor da matéria, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, por meio do Acórdão 299/2019, determinou à Secretária de Estado da Economia que se abstenha de praticar qualquer ato administrativo com fundamento na Lei n. 20.051/2018.

Portanto, **os efeitos da Lei nº 20.051/2018 estão suspensos**, em função de representação do Ministério Público de Contas, até que se julgue o mérito no âmbito daquele Tribunal.

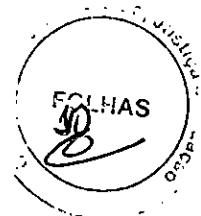
Isto posto, somos pela **aprovação** da proposição em pauta.

É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES em 28 de Março de 2019.

Deputado ANTÔNIO GOMIDE

Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova
o parecer do Relator **FAVORÁVEL A MATÉRIA.**

Processo Nº 145/19

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 02 / 05 / 2019.

Presidente: _____

[Handwritten signature]

[Large handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Large handwritten signature]